

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.312.290 - RJ (2018/0147885-8)

AGRAVANTE : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADOS : BRUNO VAZ DE CARVALHO - RJ097626
LETÍCIA MARQUES DO NASCIMENTO - RJ097702
CARLA DE CASTRO AMORIM MAURIN KRSULOVIC -
RJ135011
AGRAVADO : VICTOR HERBERT LICES
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF contra decisão que inadmitiu seu recurso especial, interposto com fundamento no artigo 105, III, alíneas *a* e *c*, da Constituição da República, com o objetivo de reformar acórdão prolatado pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, nos termos da seguinte ementa (fl. 276):

DIREITO CIVIL E ADMINISTRATIVO. REVISIONAL. FIES. MULTA DE 10%. BIS IN IDEM. IMPOSSIBILIDADE.

- Cinge-se a controvérsia ao exame da legalidade da aplicação da pena convencional de 10% de Abertura de Crédito para Estudantil - FIES.

- Insurge-se a apelante contra a sentença que declarou nulo o parágrafo terceiro da cláusula décima nona do contrato em comento, a qual dispõe que "caso a CAIXA venha dispor de qualquer 110- procedimento judicial ou extrajudicial para a cobrança de seu crédito, o ESTUDANTE e o(s) FIADOR(es), pagarão, ainda, a pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito apurado na forma deste contrato, respondendo também pelas despesas judiciais e honorários advocatícios de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa".

- Nesse passo, do exame do aludido contrato de financiamento estudantil, verifica-se que o inconformismo da apelante não merece prosperar, na medida em que resta evidenciado que a multa moratória de 2% (cláusula 19, § 2º) e de pena convencional de 10% (cláusula 19, § 3º) guardam a mesma natureza, pois ambas, ao final destinam-se a punir a inadimplência, razão pela qual a aplicação das duas importa em bis in idem.

- Por outro lado, não merece ser acolhida a irresignação da apelante referente a aplicação da cláusula 15 no contrato de financiamento estudantil, pois conforme bem ressaltado pelo MM Juízo a quo: "No que tange aos juros remuneração, por outro viés, embora seja admitida aplicação da taxa de 9% ao ano, com capitalização mensal, o ilustre expert do Juízo constatou cobrança a maior durante a evolução contratual. (...) Assim, deve ser acolhido o pedido revisional do autor para determinar a correta aplicação da taxa de juros remuneratórios durante a evolução contratual".

- Recurso de apelação desprovido.

Opostos embargos de declaração, foram eles rejeitados (fls. 308-319).

Em suas razões recursais especiais CEF aponta violação, pelo acórdão recorrido, do art. 535, I e II, do CPC de 1973, visto que, em suma, não foram tecidas as manifestações necessárias acerca de todos os pontos suscitados e questionados nos embargos de declaração, especificamente quanto à possibilidade de cumulação de multa moratória de 2% (dois por cento) com multa contratual de 10% (dez por cento), tendo em vista tratarem de penalidades distintas: a primeira, pertinente à impontualidade no adimplemento do ajuste, ao passo que a segunda atende à necessidade de cobrança judicial ou extrajudicial do débito, o que afasta, portanto, a teoria do *bis in idem*.

Aponta violação dos arts. 408, 409 e 411, todos do Código Civil, porquanto, em apertada síntese, tanto a multa moratória como a cláusula penal previstas no Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento Estudantil – FIES não guardam abusividade, pois, em que pesem decorrentes de inadimplemento contratual, possuem elas fatos geradores diversos.

Por fim, suscita dissídio jurisprudencial entre o aresto vergastado e julgados dos Tribunais Regionais da 1ª e 4ª Regiões, além de outros do próprio TRF da 2ª Região, todos relacionados à questão.

Apresentadas contrarrazões às fls. 368-384, o Tribunal *a quo* negou seguimento ao recurso especial (fl. 391), tendo sido interposto o presente agravo.

É o relatório. Decido.

Considerando que a agravante impugnou a fundamentação apresentada na decisão agravada, e atendidos os demais pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame do recurso especial.

Como a decisão recorrida foi publicada sob a égide da legislação processual civil anterior, observam-se em relação ao cabimento, processamento e pressupostos de admissibilidade dos recursos as regras do Código de Processo Civil de 1973, diante do fenômeno da ultratividade e do Enunciado Administrativo n. 2 do Superior Tribunal de Justiça.

No que trata da alegação de violação do art. 535, I e II, do CPC/73, sem razão a recorrente a esse respeito, tendo o Tribunal *a quo* decidido a matéria de forma fundamentada, analisando todas as questões que entendeu necessárias para a solução da lide, não obstante tenha decidido contrariamente à sua pretensão.

Nesse panorama, a oposição dos embargos declaratórios caracterizou, tão somente, a irresignação da embargante diante de decisão contrária a seus interesses, o que não viabiliza o referido recurso.

Tem-se, ainda, que o julgador não está obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos invocados pelas partes quando, por outros meios que lhes sirvam de convicção, tenha encontrado motivação satisfatória para dirimir o litígio. As proposições poderão ou não ser explicitamente dissecadas pelo magistrado, que só estará obrigado a examinar a contenda nos limites da

demanda, fundamentando o seu proceder de acordo com o seu livre convencimento, baseado nos aspectos pertinentes à hipótese *sub judice* e com a legislação que entender aplicável ao caso concreto.

Descaracterizada a alegada omissão, se tem de rigor o afastamento da suposta violação do art. 535 do CPC/73, conforme pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. GREVE. DESCONTOS DOS DIAS PARADOS. CABIMENTO, SALVO SE HOUVER ACORDO DE COMPENSAÇÃO DO TRABALHO.

1. No que se refere à alegada afronta ao disposto no art. 535, inciso II, do CPC/1973, verifico que o julgado recorrido não padece de omissão, porquanto decidiu fundamentadamente a quaestio trazida à sua análise, não podendo ser considerado nulo tão somente porque contrário aos interesses da parte.

2. É entendimento consolidado no âmbito do STJ que é legítimo o ato da Administração que promove o desconto dos dias não trabalhados pelos servidores públicos participantes de movimento grevista, diante da suspensão do contrato de trabalho, nos termos da Lei 8.112/1990, salvo a existência de acordo entre as partes para que haja compensação dos dias paralisados. Ressalta-se que não consta nos autos que foi feita compensação dos dias parados.

3. Recurso Especial não provido. (REsp 1616801/AP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/08/2016, DJe 13/09/2016).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 03/STJ. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC/1973. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 211/STJ. LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO. ART. 47 DO CPC/1973. INVERSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Inexiste violação ao art. 535 do CPC/1973, quando não se vislumbra omissão, obscuridade ou contradição no acórdão recorrido capaz de torná-lo nulo, especialmente se o Tribunal a quo apreciou a demanda em toda a sua extensão, fazendo-o de forma clara e precisa, estando bem delineados os motivos e fundamentos que a embasam.

2. Não se conhece da violação a dispositivos infraconstitucionais quando a questão não foi enfrentada pelo acórdão recorrido, carecendo o recurso especial do necessário prequestionamento (Súmula 211/STJ), sobretudo quando a parte, mesmo opondo embargos de declaração na origem, não suscitou a omissão na análise dos referidos aspectos.

3. Infirmar a conclusão alcançada pela Corte de origem, quanto a existência de litisconsórcio necessário tão somente em relação a duas candidatas, que foram lotadas na localidade onde pretendem as agravadas lotação, considerando, para tanto, os limites da sentença de primeiro grau, pressupõe o cotejo da referida sentença com o conjunto probatório do feito, o que é inviável em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ. Nesse sentido: AgRg no Ag 1403108/PR, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA,

PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/11/2015, DJe 10/12/2015.

4. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1592075/PE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/08/2016, DJe 26/08/2016).

Com relação à alegada violação dos arts. 408, 409 e 411 do Código Civil, o Tribunal *a quo*, na fundamentação do *decisum*, assim firmou entendimento (fls. 269-270):

[...]

Conforme relatado, cinge-se a controvérsia ao exame da legalidade da aplicação da pena convencional de 10% em Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento Estudantil - FIES.

[...]

Nesse passo, do exame do aludido contrato de financiamento estudantil, verifica-se que o inconformismo da apelante não merece prosperar, na medida em que resta evidenciado que a multa moratória de 2% (cláusula 19, §2º) e de pena convencional de 10% (cláusula 19, §3º) guardam a mesma natureza, pois ambas, ao final, destinam-se a punir a inadimplência, razão pela qual a aplicação das duas importa em *bis in idem*.

[...]

Nesse sentido, tendo o Tribunal *a quo*, com base nos elementos fáticos carreados aos autos, dentre eles, principalmente, o contrato de financiamento estudantil, concluído restar evidenciado que a multa moratória de 2% e de pena convencional de 10%, previstas respectivamente nos §§ 2º e 3º da cláusula 19 do ajuste, guardam a mesma natureza, configurando *bis in idem*, para se deduzir de modo diverso, na forma pretendida no apelo nobre, seria necessário o revolvimento do mesmo acervo documental já analisado, procedimento vedado em sede de recurso especial, por óbice das Súmulas n. 5/STJ e 7/STJ, que assim dispõe: “A simples interpretação de cláusula contratual não enseja recurso especial”, e “A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”.

A esse respeito, os seguintes julgados:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENSINO. FIES. TAXA ANUAL DE JUROS. ALEGAÇÃO DE CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. VIOLAÇÃO DE NORMA FEDERAL. REVISÃO DO ACERVO PROBATÓRIO. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 5 E 7/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

2. O recurso especial não é, em razão da Súmulas 05 e 07/STJ, via

processual adequada para questionar julgado que se afirmou explicitamente em contexto fático-probatório próprio da causa e em interpretação de cláusulas contratuais.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1250218/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/08/2018, DJe 14/08/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. CONTRATO ADMINISTRATIVO. RESCISÃO UNILATERAL. OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR. PREJUÍZOS DECORRENTES. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS N. 05 E 07/STJ. INCIDÊNCIA. CONTRATO ADMINISTRATIVO. ATRASO NO PAGAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 83/STJ.

I - In casu, rever o entendimento do Tribunal de origem, no sentido de i) demonstrar ser indevida a condenação em lucros cessantes e aplicação da multa contratual; e ii) inverter a conclusão alcançada pela tempestividade da apelação da Recorrida, é inviável em recurso especial, à luz dos óbices contidos nas Súmulas n. 05 e 07/STJ.

II - É pacífico o entendimento no Superior Tribunal de Justiça segundo o qual o termo inicial para a incidência da correção monetária nos contratos administrativos de obra pública, na hipótese de atraso no pagamento, não constando do contrato regra que estipule a data para o efetivo pagamento do preço avençado, deverá corresponder ao 1º (primeiro) dia útil do mês subsequente à realização da obra, apurada pela Administração Pública mediante critério denominado medição.

III - O recurso especial, interposto pelas alíneas a e/ou c do inciso III do art. 105 da Constituição da República, não merece prosperar quando o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a jurisprudência desta Corte, a teor da Súmula n. 83.

IV - A Agravante não apresenta, no regimental, argumentos suficientes para desconstituir a decisão agravada.

V - Agravo Regimental improvido (AgRg no REsp 1494262/AM, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 03/03/2016, DJe 11/03/2016).

Nesse passo, a incidência dos enunciados sumulares n. 5/STJ e n. 7/STJ também impedem o conhecimento do dissídio jurisprudencial suscitado.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, § único, II, *a e b*, do RI/STJ, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nesta parte, negar-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator